



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO - MANDADO DE SEGURANÇA
N.º 0322548-5**

IMPETRANTE: VANILDO BARBOSA DO REGO

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

Ementa: Mandado de Segurança. Medicamento. Viabilização de tratamento. Oclusão de Ramo da veia central da retina (CID: H34.8) no olho esquerdo, com acuidade visual de percepção luminosa. Risco de cegueira. Preliminares de ausência de prova pré-constituída e impossibilidade jurídica do pedido rejeitadas. Mérito: obrigatoriedade de fornecimento pelo Estado do medicamento solicitado. Preservação da saúde e da qualidade de vida do impetrante. Dignidade da pessoa humana. Concessão da Segurança.

1- Quanto à preliminar de ausência de prova pré-constituída, vê-se que não merece prosperar, eis que o impetrante colacionou aos autos prescrição esclarecendo que o tratamento com o medicamento em alusão tem a finalidade de *"tentar estabilizar a doença e em grande número de casos melhorar a visão"* e que *"sem este tratamento, não existe possibilidade de melhorar a visão do paciente, pelo contrário, pode piorar"*, cabendo exclusivamente à autoridade médica, e não ao Estado, a indicação do meio mais adequado e eficaz para combater o problema de saúde que acomete seu paciente.

2- No que diz respeito à impossibilidade jurídica do pedido, também não merece guarita a tese da autoridade coatora.

3- Busca o impetrante tratamento para cuidar de **Oclusão de Ramo da veia central da retina (CID: H34.8) no olho esquerdo, com acuidade visual de percepção luminosa**. Vê-se, portanto, que o pedido se baseia na melhora de sua qualidade de vida. Dessa forma, entram em cena não apenas o direito à saúde, mas também a própria dignidade da pessoa humana, bens jurídicos de fundamental importância, com cunho de extração constitucional que uma vez ameaçados ou violados, por força do princípio da inafastabilidade de jurisdição (CF, art. 5º, inciso XXXV), atraem a imediata tutela do Judiciário.

4- Preliminares rejeitadas.

5- No mérito, restando consignado nos autos que o impetrante necessita do medicamento requerido por expressa indicação do profissional competente, é irretorquível a obrigação do Estado, por qualquer de seus entes, em provê-la, sendo irrelevante a existência, ou não, de Portaria que autorize o seu fornecimento, mormente porque muitos dos medicamentos convencionais encontram-se obsoletos diante das novas descobertas da medicina.



92

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

- 6- Preservação dos direitos fundamentais à saúde, à qualidade de vida, à dignidade da pessoa humana.
- 7- Concessão da segurança.
- 8- Prejudicialidade do agravo regimental interposto pelo Estado de Pernambuco às fls. 47/53 dos presentes autos.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores do Grupo de Câmaras de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório, votos e notas taquigráficas que passam a integrar o presente julgado, à unanimidade de votos, em sessão realizada em ___/___/2014, em **REJEITAR AS PRELIMINARES** de ausência de prova pré-constituída e de impossibilidade jurídica do pedido. **NO MÉRITO**, em **CONCEDER A SEGURANÇA** pleiteada no presente *writ*, e, via de consequência, julgar prejudicado o agravo regimental interposto pelo Estado de Pernambuco às fls. 47/53 dos presentes autos.

Recife, 28/05/14

Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

86
86

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO - MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0322548-5

IMPETRANTE: VANILDO BARBOSA DO REGO

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

RELATÓRIO

Vanildo Barbosa do Rego, qualificado nos autos, impetrou o presente mandado de segurança, com pedido de liminar *inaudita altera pars*, em face do Sr. Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco, objetivando provimento judicial no sentido de ser determinado ao impetrado que autorize o fornecimento ao autor, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de 03(três) ampolas do medicamento LUCENTIS® (Ranibizumabe), para aplicação de uma ampola por mês, de forma contínua, tudo conforme prescrição/laudo médico (fls.24 e 25), sem qualquer custo ao impetrante

Argumenta padecer de Oclusão de Ramo da veia central da retina (CID: H34.8) no olho esquerdo, com acuidade visual de percepção luminosa neste olho, pelo que sem o tratamento através do medicamento ora pleiteado, não existe possibilidade de melhora da sua visão, sendo o medicamento capaz de estabilizar a doença.

Assevera, no mais, que solicitou ao governo estadual, autorização para o tratamento indicado, através do ofício n.º 02-2511/13, contudo não obteve qualquer resposta até a data da impetração. Afirma que é de conhecimento geral que tal tratamento é negado pela Secretaria de Saúde.

Afirmando ser carente de recursos, requereu, ainda, o impetrante, a concessão dos benefícios da justiça gratuita (fls. 18).

Requestou a concessão de liminar para o fornecimento imediato do medicamento debatido e, ao final, pede a concessão em definitivo da segurança pleiteada, durante o período que se fizer necessário para o tratamento de sua patologia.

Concedida liminar às fls. 34/37.

Foi interposto o agravo regimental pelo Estado de Pernambuco às fls. 47/53, que se encontra pendente de julgamento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

87
A

Informações prestadas às fls. 60/73. A autoridade coatora suscitou preliminarmente a ausência de prova pré-constituída e a impossibilidade jurídica do pedido. Verbera, no mérito, que o Estado de Pernambuco não está autorizado, pelo Ministério da Saúde, a realizar a entrega do medicamento pretendido. Defende, outrossim, a discricionariedade do ato administrativo, de modo que o Poder Judiciário não poderia interferir. Reclama ainda, em sua defesa, o princípio da reserva do possível e da isonomia.

Parecer da Procuradoria Geral de Justiça opinando pela concessão da segurança (fls. 75/78).

É o relatório. Inclua-se em pauta.

Recife, 16 de 05 de 2014.

~~Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo~~
Relator



93

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO - MANDADO DE SEGURANÇA
N.º 0322548-5

IMPETRANTE: VANILDO BARBOSA DO REGO

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

VOTO – PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA

Suscita a autoridade coatora a preliminar supra, alegando não ter o impetrante comprovado que o tratamento pleiteado seja o único eficaz ao seu tratamento. Sem razão, contudo.

O impetrante colacionou aos autos prescrição esclarecendo que o tratamento com o medicamento em alusão tem a finalidade de *“tentar estabilizar a doença e em grande número de casos melhorar a visão”* e que *“sem este tratamento, não existe possibilidade de melhorar a visão do paciente, pelo contrário, pode piorar”*. (fl. 24), cabendo exclusivamente à autoridade médica, e não ao Estado, a indicação do meio mais adequado e eficaz para combater o problema de saúde que acomete seu paciente.

Por tais razões, **voto** pela rejeição da preliminar.

Recife,

28/05/14

Des. ~~Alfredo Sérgio Magalhães Jambo~~
Relator



94

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO - MANDADO DE SEGURANÇA
N.º 0322548-5

IMPETRANTE: VANILDO BARBOSA DO REGO

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

VOTO – PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO

A autoridade coatora levanta, ainda, a preliminar supra, alegando que o presente *mandamus* apresenta pedido juridicamente impossível, vez que o Poder Judiciário não detém legitimidade para determinar o cumprimento de atos de natureza administrativa. Sem razão mais uma vez.

Busca o impetrante tratamento para cuidar **de oclusão de ramo da veia central da retina (CID: H34.8) no Olho esquerdo com acuidade visual de percepção luminosa**. Vê-se, portanto, que o pedido se baseia na melhora de sua qualidade de vida. Dessa forma, entram em cena não apenas o direito à saúde, mas também a própria dignidade da pessoa humana, bens jurídicos de fundamental importância, com cunho de extração constitucional que, uma vez ameaçados ou violados, por força do princípio da inafastabilidade de jurisdição (CF, art. 5º, inciso XXXV), atraem a imediata tutela do Judiciário.

Por tais razões, voto pela rejeição da preliminar.

Recife. 28/05/14

~~Dess. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo~~
Relator



95

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO - MANDADO DE SEGURANÇA
N.º 0322548-5

IMPETRANTE: VANILDO BARBOSA DO REGO

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

VOTO – MÉRITO

Como já esclarecido, pretende o agravante obter a medicação LUCENTIS®, eis que padece de Oclusão de Ramo da veia central da retina (CID: H34.8) no olho esquerdo, com acuidade visual de percepção luminosa neste olho, pelo que sem o tratamento através do medicamento ora pleiteado, não existe possibilidade de melhora da sua visão, sendo o medicamento capaz de estabilizar a doença.

In casu, o que se defende é o direito à qualidade de vida, indisponível e que predomina sobre qualquer outro interesse, esteja ele tutelado por lei ou contrato. Sobre o tema, merece destaque o despacho do E. Ministro Celso de Mello, na medida cautelar PETMC – 1246/SC:

“Entre proteger a inviolabilidade do direito à vida, que se qualifica como direito subjetivo inalienável assegurado pela própria Constituição da República (art. 5.º, caput), ou fazer prevalecer, contra essa prerrogativa fundamental, um interesse financeiro e secundário do Estado, entendo – uma vez configurado esse dilema – que razões de ordem ético-jurídica impõem ao julgador uma só e possível opção: o respeito indeclinável à vida.”

Com efeito, a pretensão do impetrante encontra amparo na Lei Maior ao proclamar que a saúde é direito de todos e dever do Estado (art. 196), devendo ser integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais (art. 198, II). Evidentemente que o atendimento integral compreende o fornecimento dos tratamentos necessários aos pacientes.

Destarte, restando consignado nos autos que o impetrante necessita do procedimento requerido por expressa indicação do profissional competente, é irretorquível a obrigação do Estado, por qualquer de seus entes, em provê-la, sendo irrelevante a existência, ou não, de Portaria que autorize a sua realização, mormente porque muitos dos



96

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

tratamentos convencionais encontram-se obsoletos diante das novas descobertas da medicina.

Com efeito, compete ao Estado, conjuntamente com a União e os Municípios, velar pelo respeito à vida e à saúde, direitos esses constitucionalmente garantidos, cabendo-lhes, inclusive, no desempenho dessa tarefa, o provimento dos tratamentos adequados aos portadores de doenças graves que podem levar a sério comprometimento de sua qualidade de vida, interferindo inclusive na realização de atividades corriqueiras, como é o caso.

Acrescente-se, ainda, que não se desconhece a rigidez da Constituição ao vedar a realização de despesas pelos órgãos públicos além daquelas em que há previsão orçamentária. Todavia, o Poder Judiciário, como pacificador dos conflitos sociais e defensor da Justiça e do bem comum, tem agido com maior justeza, optando pela defesa dos bens maiores, veementemente defendidos pela Constituição, no caso, a vida e a dignidade da pessoa humana, interpretando a lei de acordo com as necessidades sociais imediatas, que ela se propõe a satisfazer.

Nesse diapasão, nenhum dos argumentos trazidos pela autoridade coatora têm o condão de ilidir o direito líquido e certo do impetrante.

Em face do exposto, **voto pela CONCESSÃO DA SEGURANÇA**, no sentido de determinar à autoridade coatora o fornecimento ao impetrante medicação LUCENTIS®, para possibilitar a realização de seu tratamento, na forma prescrita pelo médico (fls. 24 e 25 dos autos).

Voto, ainda, pela prejudicialidade do agravo regimental interposto pelo Estado de Pernambuco às fls. 47/53 dos presentes autos.

Recife, 28/05/14


~~Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo~~
Relator